

**CARNEIRO, MARCELO SAMPAIO. TERRA, TRABALHO E
PODER: CONFLITOS E LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO
CONTEMPORÂNEO. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2013.**

Saulo Barros da Costa¹

1 - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Doutorado em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografi, Campus Recife, PE. E-mail: saulo.barroscosta@ufpe.br

Resenha recebida em 25/01/2015 e aceite em 15/03/2015

RESENHA

Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo (Annablume, 2013), do Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro, representa uma obra reflexiva com textos resultantes de 20 anos de pesquisas e estudos realizados pelo autor sobre o espaço agrário maranhense, as lutas sociais contemporâneas e os dilemas enfrentados por camponeses no que diz respeito a luta pela terra. O cenário regional é posto como chave de leitura, uma vez que diversas transformações econômicas e sociais descrevem os rumos nas relações de poder, com a intervenção de agentes sociais tanto na esfera pública quanto privada. É nesta imbricada relação que alternativas são apontadas segundo mudanças radicais na estrutura fundiária e econômica do estado, objetivando uma redistribuição dos ativos econômicos.

A dedicatória da obra rememora a luta camponesa de Manoel da Conceição¹, liderança que em sua trajetória é entregue a luta pela terra. Em seguida o livro é aberto com um prefácio da Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade. Ela salienta na necessária investida por construção de bases sólidas para a produção do conhecimento, alinhando pesquisa empírica e reflexões teóricas, no esforço da atividade científica. O movimento entre os elementos do espaço agrário maranhense e as concepções dos processos econômicos, descritas por agentes, revelam elementos de concepção do fato social. A exemplo, ela descreve que o autor aprofunda os papéis

¹ Para maior aprofundamento da obra do militante, ver em **Manoel Conceição: sobrevivente do Brasil** (2014).

dos posseiros na estrutura fundiária da ilha de São Luís, como no bairro Anjo da Guarda, que realizam cultivos ao longo da Estrada de Ferro Carajás, concretizado a luta pela terra ou retorno a ela.

A utilização do espaço como instrumento de luta marca a ocupação camponesa da Pré Amazônia Maranhense, marcam as *invasões* como elemento conflitante da fronteira agrícola configurada por grupos de diversas trajetórias distintas do Nordeste, colocando em disputa a Amazônia Oriental. Territórios dominados por grandes empresas são *invadidos* no exercício da retomada por posseiros camponeses que no século XX estiveram na rota do agronegócio, tema este que demarca criticamente a ciência geográfica e a antropologia.

As relações de trabalho na estrutura agrária e econômica no Maranhão não são estanques, uma vez camponeses desenvolvem diversas estratégias para romper a subordinação, degradação e relações de patronagem, como destaca Maristela Andrade no prefácio. Ainda, os invisibilizados na produção de mercadoria, como crianças em carvoarias, levanta a problemática segundo pesquisas de campo e levantamento direto no Maranhão contemporâneo.

Na introdução, Marcelo Carneiro demarca duas décadas de pesquisa com objetivo central a tentativa de compreender o espaço agrário maranhense segundo a organização da economia regional e grupos sociais em direção ao acesso à terra e condição digna de sobrevivência. Para tal, os estudos apontam para elementos que estão presentes em um formato regional, pensando elementos da Amazônia Oriental e Ferrovia Carajás, e com salto escalar para processos sociais camponeses. Este movimento estabelece um formato para reflexão sobre a questão agrária em vias do modelo econômico que concepção do território assim como das formas e estratégias camponesas de resistência.

Um delineador dos trabalhos presentes no livro é a articulação feita e necessária para alcançar as pesquisas de onde partem os textos. A presença de estudantes de graduação na perspectiva de formação do pesquisador enriquecem as pesquisas, com equipes amplas de diferentes níveis de formação. Pauta a intervenção política que a academia pode resultar, a presença dos movimentos sociais como demandante das pesquisas e participantes, resulta em análises que trazem reflexões sobre para que servem os resultados obtidos, retornando para os pesquisados como elemento de contestação social.

O capítulo inicial titulado "Estrutura agrária e relação de trabalho no campo maranhense: balanço dos últimos quarenta anos", centra forças no desenvolvimento recente da agricultura maranhense, segundo a posse a propriedade da terra, e os conflitos capital e trabalho. Na seção 1 deste capítulo, chamada "A dinâmica da economia maranhense seus efeitos sobre a

questão agrária", o governo federal ordena o território maranhense economicamente em dois formatos: implantação de empreendimentos diretos (Projeto Ferro Carajás e portos) e mecanismos indiretos de incentivo a instalação de atividades econômicas (agropecuária e setor sucroalcooleira) (p. 20). Como resultados, a formação de diversos espaços urbanos, como o de grande porte em São Luís, atrelado ao consórcio da Alumar, e pequeno porte em Açailândia, ligado as unidades produtoras de ferro-gusa, por exemplo.

A linha do tempo desenhada pelo autor coloca a evolução dos estabelecimentos que representam a agricultura familiar e a grande propriedade aponta que no primeiro momento (1970 a 1985) foi marcado pela valorização da grande propriedade fundiária, através de políticas de modernização conservadora da agricultura, com reflexo na capitalização da propriedade da terra no Maranhão; entre 1980 a 1995, com a redução do crescimento econômico, fomentou a política de reforma agrária, combinada com fortes lutas camponesas. Pós 1995, o terceiro momento foi impulsionado pela demanda global de *commodities* agrícolas, sendo marcado pela divisão internacional do trabalho e exportação da produção. Para o território maranhense, significou a expansão da grande propriedade sojícola, plantios de eucalipto para abastecimento da siderurgia, resultando no aquecimento do mercado de terras e expropriação camponesa.

Apesar da crescente produção de monoculturas e *commodities*, um reflexo direto nos anos 2000 foi a presença da agricultura familiar, pois segundo dados da PNAD (2009), 34% das ocupações no Maranhão são de trabalhos agrícolas, e destes, 83% dos ocupados são agricultores familiares. A manutenção da estrutura familiar agrícola está ligada a concentração fundiária, uma vez que as políticas não são construídas com pautas camponesas e não pressupõe a forma de reprodução social da classe, aprofundando o abismo do modelo do capital agrícola exportador que o estado do Maranhão está inserido.

O item 2, que descreve a "A dinâmica da luta pela terra: conflitos, derrotas e conquistas" temos outra periodização, com momentos diferenciados da mobilização camponesa maranhense. Entre 1970/80 ocorreu a expansão da grande propriedade da terra no Maranhão, em vias de políticas de incentivos fiscais e modernização conservadora da agricultura; como resultado desencadeou a indústria da grilagem nas regiões de fronteira do oeste maranhense e expulsão de camponeses em regiões de colonização antiga. Entre 1979 e 1981, eclodiram conflitos por terra, registrando 22,5% dos casos nacionais, segundo dados da CPT, atrelado a expansão do agronegócio. Destaque para o papel dos Sindicatos e entidades de assessoria das mobilizações camponesas (CPT, FASE, SMDDH). Com o advento do I Plano Nacional da

Reforma Agrária em 1985, mobilizações camponesas eclodiram, continuando nos anos 1990, e realizando assentamentos em quase todas as MRHS do Maranhão. Entre 1985-1995, 4,5 milhões de hectares já tinham sido ocupados por assentamentos, apesar do declínio das ações de desapropriação dos órgãos fundiários.

Em vias de finalização do capítulo, o item "Os assalariados rurais e mobilização contra o trabalho escravo", revela detalhes da expansão do agronegócio, como o crescimento do trabalho assalariado e dos conflitos trabalhistas no campo, configurando conflitos entre capital e trabalho. Alta taxa de informalidade, baixa fiscalização e precária condição dos trabalhadores. Mesmo com a intensificação das fiscalizações, marcadas com a atuação do FOREM desde 2004, não refletem a totalidade dos processos degradantes no território maranhense, fruto da máxima lucratividade nos processos produtivos agrícolas. Fato este que se materializa como pauta de luta dos trabalhadores como participação nos resultados do seu trabalho, como nas demandas dos trabalhadores de plantações florestais. Ainda assim, o autor aponta para o deslanche das mobilizações frente a estrutura fundiária e de capital - trabalho a partir da atuação conjunta da representação política dos camponeses e dos assalariados agrícolas no estado.

"Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do Programa Grande Carajás", faz um debate amplo e profundo sobre a instalação do Programa Grande Carajás (PGC), resultante de interesses públicos quanto privados, em questão a Vale. Estes aliados diretamente com o objetivo da exploração de minério de Carajás e contribuir na produção de outras *commodities*, como ferro-gusa, soja e plantio de eucalipto, pelo Corredor de Exportação Norte. É o consórcio em vias do modelo de desenvolvimento de base ambiental.

Apresentado em 1974, o projeto objetivava produzir 12 milhões de toneladas por ano, aumentando sua capacidade para 50 milhões de toneladas por ano em 1986, gerado divisas para seus gestores, unida a capacidade de escoamento de outros produtos do agronegócio no corredor logístico construído. Concomitante ao corredor de escoamento, unidades siderúrgicas de ferro-gusa a carvão vegetal foram instaladas nos anos 1980 em Açailândia (MA) e Marabá (PA), como centros de concentração desta atividade no beneficiamento do que foi explorado em Carajás. Diversas guseiras se instaram nessas cidades, complexificando o modelo de dependência da Vale e se caracterizando por uma forte repercussão dos problemas ambientais e sociais, associado a produção de ferro-gusa na Amazônia, demarca o autor (p. 51).

O Projeto Celmar S/A e Vale Florestar foram incrementados com a área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC). O Projeto Celmar S/A caracterizou plantios com fins de

produção de carvão vegetal para siderúrgicas, com a Ferro Gusa Carajás da Vale, com um montante de 34.477 ha plantados. Em contrapartida, a Vale Florestar objetivou desvincular os ativos da Vale com o desmatamento, com as guseiras e utilizar o sistema de logística como oportunidade de plantio de pinos. Com a instalação da fábrica da Suzano Papel e Celulose na região tocantina maranhense, foi adquirido pela empresa os ativos florestais da Vale nos números de 66 mil hectares em 2009, alcançando plantações no Pará. São 1,3 milhão/ano de toneladas de celulose transportado pela EFC, com deslocamento final pela estrutura portuária de São Luís. "A verticalização da produção mineral resolverá os desafios do desenvolvimento regional?", questiona o escritor em meio a concentração fundiária e altos índices de vulnerabilidade social e ambiental de jovens e adolescentes, segundo dados do Ministério da Justiça em 2009, na Amazônia Oriental.

Em momento subsequente da obra, é abordada "A luta pela reforma agrária e o declínio de relações de patronagem no Maranhão recente". Se trata da abordagem de povoados no interior do Maranhão com atenção especial do povoado do Leite, em Itapecuru-Mirim. São interlocuções com o STR do município que revelam elementos da dominação e patronagem na constituição agrária maranhense. É remontado com detalhes e depoimentos os conflitos e processos em dinâmicas de desapropriação e luta pela terra, com a participação de lideranças camponesas, STR e INCRA. Questões como "Quais as razões que motivaram essa mudança de postura na família proprietária da terra? E, por outro lado, por que os trabalhadores reagiram à tentativa de expulsão da terra da forma como fizeram?" balizaram as análises e pesquisa documental científica realizada, mediante os depoimentos dos camponeses. Sistemas de parceria e "foro" são denunciados ao INCRA mediante o descumprimento, eclodindo conflitos e configurando as relações assalariadas no Maranhão nos anos 1980.

As relações de patronagem características no século XX no estado incentivaram mobilizações camponesas e mudanças na estrutura senhorial. A relação de dominação foi colocada em questão, fazendo que a luta do povoado Leite e das lideranças intervisse na própria existência da relação de patronagem, enquanto relação de dominação (p. 75). Assim, uma reforma agrária coletiva é desencadeada como impacto sobre a relação patronagem-cliente, entendendo o processo de luta em questão como um processo como um todo, descrevendo ações de mudança de concepção política no estado. É o fenômeno social em vias de reflexão e contribuição com a história de contestação política no Maranhão.

A pré-Amazônia Maranhense representa um emblemático espaço de reprodução da luta social, com diversas participações de movimentos sociais marcantes ligados a questão

agrária brasileira. Marcelo Carneiro elenca uma "gramática" de luta pela terra através da atuação do CENTRU e COMARCO, demarcando junto com o MST, ações que conflitavam os interesses da destinação dos incentivos fiscais e realização efetiva da Lei Sarney de Terras (Almeida, 1981; Miranda, 1990).

O território em disputa da pré-Amazônia também é alvo da instalação da Ferrovia Carajás, trazendo a tona a intensão do estado nas instâncias do INCRA e ITERMA, desconsiderando o papel e luta histórica camponesa, segundo o exemplo do estudo, a fazenda do Grupo Cacique. MST e CENTRU, junto com Cáritas e SMDH fomentaram a articulação e formação dos trabalhadores no processo de ocupação das fazendas nos vales do Rio Pindaré, identificando este território como referência para "O movimento de ocupações camponesas na pré-Ámazônia maranhense: a oportunidade política e a gramática de uma luta pela terra", como titula o capítulo.

Na abordagem de uma questão emblemática e histórica no estado do Maranhão, o trabalho em carvoarias representa a simbologia da legislação federal em suas deficiências e a velocidade da reprodução da estrutura de trabalho Amazônia Oriental. Segundo pesquisa realizada com objetivo de questionar e discutir a representação do trabalho carvoeira, em que se fez necessário pelo autor a busca por dados e entrevistas com a esfera pública (Equipe Móvel do Ministério do Trabalho), com o movimento social em parceria e construção (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia), como também das entrevistas com trabalhadores em carvoarias. Após a definição do processo de trabalho na atividade carvoeira, foi realizada a análise dos formulários nas vistorias da Equipe Móvel, em que foi explícito a invisibilidade do trabalho adolescente, flagrado e não relatado pelas carvoarias. Outra questão é que estes adolescentes participam de quase todos os trabalhos realizados pelos demais trabalhadores maiores, caracterizando a exploração. Segundo os dados do Centro de Defesa e entrevistas, foi denunciado outros elementos da exploração, como a baixa remuneração, os trabalhadores entre R\$5,00 e R\$6,00.

O que foi colocado é a trajetória dos trabalhadores em carvoarias atrelado a "gatos" que aliciam grupos em busca de "mercado de trabalho", sendo expostos a degradação e péssimas condições de reprodução dos trabalhadores enquanto classe. A relação de dominação é característica no processo de sujeição dos trabalhadores, com traços de motivação ligados ao interesse em se colocar no "mercado de trabalho", culminando em atrelamento da força de trabalho ao formato reprodutivo degradante. Crianças e adolescentes embarcam no processo,

como aqueles que numa lógica camponesa, contribuem com a remuneração familiar, mas recebendo as vísceras do formato do capital.

Em último capítulo, o autor finaliza a obra com outra questão emblemática para o mundo do trabalho, que diz respeito a "Migração, estrutura agrária e redes sociais: análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses para a lavoura canavieira paulista". O recorte foi para migrantes do município de Timbiras, Maranhão, com relação ao fluxo migratório, assim como as repercussões na realidade sócio-econômica do município. Uma reflexão pertinente está na estrutura agrária arcaica e um mercado de trabalho limitado (p. 167). Apesar de 90,87% dos estabelecimentos são menores de 10ha, sua grande maioria são classificadas pelo IBGE como terras em parceria, "(...) ou seja, os camponeses que dela trabalham são obrigados a repassar parte (a metade, o terço, a quarta, etc.) da produção obtida para outrem" (p. 168). Este por si só não é um determinante, como também as redes de fluxo migratório que os trabalhadores estão submetidos, apesar de que o assalariamento traz para o município mudança nos serviços ligados a aquisição de bens (casas, eletrodomésticos, móveis).

Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo, portanto, revela um perfil ligado a dimensão agrária maranhense atrelada diretamente a grandes modelos de dominação, como EFC e as relações de senhoria presentes na estrutura fundiária. O livro aponta metodologicamente possibilidades da pesquisa científica ser realizada, com interlocução com uma gama de fontes oficiais, dados econômicos, trato de entrevistas e articulação com os movimentos sociais, possibilitando outra tônica para a ciência contemporânea. As ciências que refletem sobre o mundo do trabalho recebem contribuições ligadas as reflexões teóricas e epistemológicas com cunho de observar de qual trabalho está sendo referido na contemporaneidade, uma vez que ele possui outras raízes para entendimento de sua expressão, como na questão fundiária e agrária. Por fim, o livro retrata com detalhes o movimento da estrutura política e social maranhense da segunda metade do século XX e questões que se reproduzem na atualidade da luta pela terra.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013, 180 p.

FRANKLIN, Alberto. Manoel Conceição: sobrevivente do Brasil. Imperatriz: Editora

É
t
i
c